

ANL e AIB: adversários entre si e de Vargas

Aliancistas, integralistas e as manobras para tentar implementar suas ideologias no Brasil

Os anos de 1930 foram cercados de tensão no espectro político mundial. Após a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, a população estava desiludida com as formas de governo existentes, querendo fugir do liberalismo econômico que estava em voga.

Com isso, duas frentes ideológicas se difundiram: por um lado, o surgimento da ideologia fascista, representada pela Itália de Mussolini e pela Alemanha de Hitler, angariava cada vez mais adeptos, com um nacionalismo totalitário como um de seus principais preceitos; por outro lado, a ideologia socialista, já implementada na Rússia desde a Revolução Russa de 1917, estava expandindo seus ideais de um estado forte através da anexação de países do Leste Europeu, formando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. E essas duas vertentes teriam um papel fundamental na Segunda Guerra Mundial, atuando de lados opostos no combate.

No Brasil, o clima tempestuoso politicamente era muito semelhante, mesmo que ocasionado por motivos diferentes. A política oligárquica de sucessão da presidência do país na Primeira República regida pelos cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais, também chamada de política do “café-com-leite”, era criticada por setores da população, que não se viam representados. Com isso, uma série de levantes contra essa política passaram a acontecer, culminando na posterior quebra com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder na assim chamada “Revolução de 30”, após uma eleição tida como fraudulenta, em que o paulista Júlio Prestes havia ganho. O descontentamento com Vargas por parte dos paulistas, visto que o governante limitava as ações da elite local por meio de interventores, fez com que explodisse a Revolução Constitucionalista de 1932, que, após a rendição dos desafiantes, culminou em uma nova constituição. E esses foram apenas os primeiros movimentos da Era Vargas.

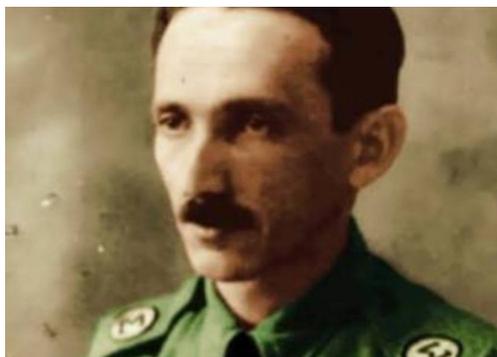
Foi nesse clima tensional, de insatisfação com o modelo vigente de governo, que as duas vertentes ideológicas citadas entraram de vez no cenário político brasileiro. Alinhado às ideias fascistas, foi criada a Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1932. Três anos depois, foi criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), regida pelos princípios socialistas.

O surgimento das organizações

O fascismo trajado de verde-e-amarelo

Foi no dia sete de outubro de 1932, menos de uma semana após a rendição dos paulistas na Revolução Constitucionalista, que o jornalista Plínio Salgado e Eurico Guedes de Araújo enviaram, por meio dos correios, o *Manifesto de 7 de outubro*. Nesse documento, estavam as bases para o Integralismo, afirmando que Deus era o responsável pelo destino e que “o homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Família, da Pátria e da Sociedade”. A revolução, inclusive, foi um fator de adiamento do lançamento do manifesto, tendo em vista que a Sociedade de Estudos Políticos (SEP),

centro de reflexão política criada por Salgado, sediada na sede do jornal *A Razão*, já o havia redigido em fevereiro.



Plínio Salgado com o uniforme e os símbolos do Integralismo [Imagem: Reprodução]

“O [apelo] fascista inicialmente ficou restrito a setores da comunidade italiana e, depois, alemã. A importância da AIB foi a de nacionalizar o fascismo no Brasil, dando-lhe cores locais”. Assim analisa Lincoln Secco¹, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo, o motivo dos integralistas terem surgido no país.

Os integralistas tinham críticas ferrenhas aos valores capitalistas e aos comunistas, pois, segundo o documento de 7 de outubro, ambos seguiam valores materialistas em detrimento dos espirituais e católicos. Para o movimento, a sociedade deveria ser regida por quatro princípios, o que comporia o “Estado Integral”: hierarquia, ordem, disciplina e unidade - sendo o Estado o agente modificador e organizacional das categorias da população.

Esses valores pelos quais a organização queria retomar, aliado ao aspecto ultranacionalista, estavam sintetizados no lema “Deus, Pátria e Família”, junto da letra grega Sygma, símbolo que representava a união de todas as forças nacionalistas do país, e da saudação “Anauê”, expressão tupi-guarani que significa “você é meu irmão”.

No entanto, esse Estado não praticaria o Sufrágio Universal, em oposição àquilo que estava sendo colocado inicialmente em prática, com a inserção da mulher no eleitorado brasileiro. O que aconteceria nessa ideia de governo seria a utilização da “Democracia Orgânica”, em que o Brasil deveria ser regido pela elite profissional do país, seguindo os preceitos corporativistas pelos quais os principais países de regime fascista europeu seguia, como Itália e Portugal.

Foi com esses ideais que as principais lideranças do grupo além de Salgado, como Gustavo Barroso e Miguel Reale, passaram a peregrinar para as regiões geograficamente mais distantes, tendo o primeiro ido ao norte e nordeste, e o segundo ao sul, para angariar novos adeptos à AIB. Secco aponta que havia uma tendência no perfil daqueles que aderiram a esse movimento: “os dados que

¹ O professor Lincoln Secco foi entrevistado para uso único e exclusivo para a escrita deste trabalho e, portanto, a entrevista não será publicada.

temos da AIB demonstram que era uma agremiação das classes médias, empresários e com influência na oficialidade superior das forças armadas”.

Com o uniforme todo esverdeado, remetendo aos fascistas italianos, os “camisas-verdes” chegaram a ter, por dados do da organização, em 1935, cerca de 400 mil integrantes, principalmente no centro-sul do país. Esse dado, no entanto, possui certa inconsistência, tendo em vista que a maioria dos estudos sobre a época apontam para cerca de 150 mil pessoas aliadas ao grupo ideológico.



Concentração de integralistas, em Blumenau, no aniversário de 1935 [Imagem: Reprodução/Memorial da Democracia]

A frente ampla de resistência

Apesar de, cronologicamente, ter surgido posteriormente à AIB, a Ação Nacional Libertadora tem raízes antes mesmo da década de 1930. Curiosamente, dois movimentos que foram pilares para sua construção surgiram no ano de 1922: o Partido Comunista do Brasil (PCB) e o “tenentismo”.

O primeiro, sendo uma das várias seções espalhadas pelo mundo da Internacional Comunista, tinha como objetivo realizar uma revolução proletária para a instauração do comunismo no país, assim como acontecera na Rússia em 1917. No entanto, suas atividades inicialmente duraram de março a junho do mesmo ano, quando o presidente em exercício, Epiácio Pessoa, colocaria o partido na ilegalidade. Apesar de retornar em 1927, essas idas e vindas de seus trabalhos permeariam as atuações do PCB nos anos posteriores.

O movimento tenentista, por sua vez, também se iniciou no ano da Semana de Arte Moderna. Contrários ao modelo da República Velha, que perdurava no país desde a Proclamação da República, em 1889, militares de patentes mais baixas reivindicavam por melhorias nas Forças Armadas e em projetos político sociais. O fim do “voto de cabresto” e da política oligárquica, a reforma agrária e a educação universal eram alguns dos ideais defendidos.

Com essas bandeiras, jovens militares passaram a organizar-se contra os governantes. Talvez a mais famosa manifestação tenha sido a Coluna Prestes que, liderada por Luís Carlos Prestes, peregrinou pelo interior do Brasil espalhando os ideais. Em 1930, quando acontece a Revolução de

30, muitos tenentistas mantêm-se ao lado de Getúlio Vargas, enquanto outros, como Prestes, exilado na Bolívia, acreditavam que aquilo era apenas mais uma disputa de poder oligárquica, sem alterações no estado vigente e nas condições sociais.



Luís Carlos Prestes, durante a Coluna Prestes [Imagem: Reprodução]

Cinco anos depois, no dia 12 de março, desiludidos com o rumo pelo qual a Era Vargas estava seguindo, sentimento este impulsionado pelo crescimento da AIB no país, a Aliança Nacional Libertadora é criada. Diferentemente dos integralistas, a organização possuía uma gama maior de setores adeptos. Lincoln Secco relata alguns dos tipos presentes: “A ANL reunia o PCB, seguidores de Prestes e muitos progressistas e antifascistas. (...) Pelas listas dos presos e processados, sabemos que havia também grande presença de operários”. Nessa frente ampla, também estavam presentes liberais e católicos

Justamente por ser uma organização com diversos e distintos interesses dentro de seus regimentos, é um pouco difícil de precisar quais as diretrizes comuns. No entanto, junto de impedir o crescimento dos fascistas e ser oposição à Vargas, a ANL apresentava em seus ideais a nacionalização das empresas, a garantia da liberdade, a anulação dos débitos aos países estrangeiros, e a reforma agrária.

Luiz Carlos Prestes, que, nesse momento, já havia se declarado como comunista e estava escondido no Brasil, após voltar da União Soviética junto de Olga Benário, sua esposa e militante do Partido Comunista Alemão, é considerado o presidente de honra da organização. Ele tinha a ideia de que o Brasil poderia passar por uma revolução comunista, assim como acontecera anteriormente na Rússia, em 1917. Apesar de se saber que nem todos os grupos dentro da ANL seriam favoráveis a esse movimento, movimentação essa mais alinhada ao PCB, ter um grande contingente para combater o governo varguista era essencial para perpetuar a revolução.



Comício da ANL, em 1935, no Rio de Janeiro [Imagem: Reprodução: Memorial da Democracia]

A batalha da Praça da Sé

Antes mesmo da ANL estar formada, integralistas e antifascistas já travavam embates no cenário político conturbado brasileiro. No entanto, em 7 de outubro de 1934, o conflito ideológico chegou às vias de fato.

A Ação Integralista Brasileira celebrava a “Marcha sobre São Paulo”, clara alusão à “Marcha sobre Roma”, ação dos fascistas para a nomeação de Benito Mussolini ao cargo de primeiro-ministro italiano. Nesse dia, comemorava-se dois anos do manifesto que regia as doutrinas básicas do movimento. Com isso, segundo dados da época, cerca de 10 mil adeptos à essa ideologia reuniram-se no centro da cidade de São Paulo para comemorar essa data.

O clima hostil instaurava-se entre os grupos opositores, por isso já se esperava que houvesse conflitos nesse dia, inclusive com a AIB incentivando o armamento dos participantes da marcha. Por conta disso, houve um reforço geral da polícia nos arredores, mas que não impediria o confronto.

O que se viu foi a ação da Frente Única Antifascista (FUA), organização operária formada em 1933, que viria a ter integrantes na futura ANL. De acordo com Secco, participaram da organização anarquistas, comunistas, socialistas e tenentes de esquerda. “O que houve de inovador na batalha da praça da Sé é que provavelmente foi a única vez em que a esquerda se uniu num combate de rua no Brasil”, explica o professor.



Momento da confusão na Praça da Sé [Imagem: Reprodução]

Foi então que a confusão se instaurou. Primeiramente, apenas agressões verbais ocorriam ao redor da Praça da Sé e nas ruas próximas. O clima começou a ficar cada vez mais pesado e insustentável. Até que, por volta das 15 horas, tiros começaram a ser disparados, até hoje sem saber quem realmente foi o primeiro a atirar, se integralistas, antifascistas ou a própria polícia. Com isso, a rua tornou-se um verdadeiro campo de batalha, com, primeiramente, a morte de um guarda civil e outros dois atingidos.

Apesar de numeroso, o grupo da AIB começa a fugir correndo do local do combate, receosos do que aquele cenário poderia acarretar. Por conta disso, no dia seguinte, o “Jornal do Povo”, feito pelo humorista Barão de Itararé, chamou os integralistas de “galinhas-verdes”, por conta de suas vestimentas e por gritar a saudação tupi-guarani. Assim, o episódio em questão ficou também conhecido por “A revoada das galinhas-verdes”.



[Imagem: Reprodução/Memorial da Democracia]

A batalha da Praça da Sé deixou sete mortos — o comunista Décio Pinto de Oliveira, os integralistas Jaime Guimarães, Caetano Spinelli e Teciano Bessornia, e os policiais Geraldo Cobra, Hernani de Oliveira e José M. Rodrigues Bonfim — e vários feridos. Além disso, potencializou o clima tensional presente no país entre os extremos ideológicos.

Crescimento, revolução e queda

Voltando para 1935, em questão de semanas, a Aliança Nacional Libertadora já contava com um rápido e expressivo contingente, o que ameaçava as forças governamentais e também os integralistas. Essa angariação foi o ponto necessário para que, temendo por uma “ameaça comunista”, em abril do mesmo ano, o Congresso Nacional sancionasse a Lei de Segurança Nacional, proposta por Getúlio Vargas em janeiro.

A partir dessa lei, chamada de “Lei Monstro”, o governo poderia ultrapassar as liberdades garantidas pela Constituição de 34, em razão da proteção do Estado. Em outras palavras, aqueles que fossem contrários à Vargas poderia ser preso simplesmente por expressar sua opinião ou por lutar por seus direitos.

Entretanto, o ímpeto pela mudança e pela tomada de poder era grande por parte dos aliancistas. Com isso, essa organização começou a abrir filiais nas principais cidades do Brasil, o que promoveu a reação de núcleos católicos, banqueiros, industriais, estrangeiros e parte da mídia, como o jornal *O Globo*, contra a “esquerdização” do país. Essa reação era algo que o presidente já tentava promover para se manter no cargo e calar seus inimigos. “Getúlio manipulou o sentimento anticomunista que se avolumou nas Forças Armadas e açulou os integralistas”, aponta Secco.

Buscando demonstrar força para seguir, a ANL, por meio de seu porta-voz, o jornalista Carlos Lacerda — que posteriormente seria uma das vozes contrárias ao comunismo, e que auxiliou na implantação da Ditadura Militar em 1964 — leu o manifesto da organização, escrito por Prestes, ainda clandestino, em meio às comemorações dos levantes tenentistas de 22 e 24, no dia 5 de julho. Lacerda conclamou: “Todos à luta para a libertação nacional do Brasil! Abaixo o fascismo! Abaixo o governo odioso de Vargas! Por um governo popular nacional revolucionário!”.

Esse era a justificativa que Vargas precisava para ampliar seu poder e utilizar-se da Lei de Segurança Nacional. Assim, menos de uma semana depois da leitura do documento, no dia 11, a Aliança foi decretada ilegal, e todos os seus núcleos deveriam ser fechados.

Porém, a ilegalidade não fez com que a luta pelo poder por parte dos aliancistas parassem. Assim, agindo na clandestinidade, as lideranças da organização procuram mais aliados, principalmente de outros setores das Forças Armadas além dos tenentistas, para tentar implementar o projeto da tomada do poder. Apesar de existir certa resistência por parte de alguns militantes de se iniciar naquele momento, via-se ali uma chance de implementar a revolução proletária almejada pelas lideranças do PCB.

Esperava-se que o partido se decidisse quando realizar o levante. Entretanto, em 23 de novembro do mesmo ano, militares do 21º Batalhão de Caçadores de Natal, no Rio Grande do Norte, decidiram rebelar-se por soldados terem sido presos e expulsos do exército. Tomaram-se as ruas da capital e das cidades vizinhas, tendo também participação civil, ocupando quartéis-generais da cidade e conclamando Luís Carlos Prestes e a ANL. Sabendo da situação, a liderança do PCB de Pernambuco também aderiu à rebelião, ocupando o 29º Batalhão de Caçadores, próximo à Recife.



Única edição do jornal “A Liberdade”, que publicou o programa revolucionário: autonomia nacional pela industrialização, reforma agrária, direito ao trabalho e educação pública gratuita. [Imagem: Reprodução/Memorial da Democracia]

Vargas decretou, por conta dessas revoltas, estado de sítio por 30 dias, em que o governo poderia agir duramente contra ameaças à integridade do Estado, iniciando no dia 25 de novembro. A repressão governamental, com essa permissão, fez o caminho inverso: na tarde do dia seguinte ao início do levante pernambucano, os rebeldes já estavam neutralizados; já em Natal, a revolta foi maior: durou até dia 27, quando foi sufocada por tropas militares enviadas de outros estados.

Ao saber dos levantes acontecidos no nordeste do país, a direção do PCB, sediada no Rio de Janeiro, decidiu também apoiá-los. Com isso, rebeliões aconteceriam na capital federal, enquanto militantes foram designados para realizá-los nos estados do Sul. Todavia, no mesmo dia 27, em que se iniciaria a insurreição, os militares das unidades da Vila Militar do Realengo, da Escola de Aviação do Campo dos Afonsos e do 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha, os quais seriam os líderes revoltosos, não conseguiram nem sair dos muros dos quartéis.



Militares do 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha, simpatizantes à ANL [Imagem: Reprodução/Memorial da Democracia]

Esse foi o estopim para o governo, que prendeu e torturou os ativistas da Aliança Nacional Libertadora — Luís Carlos Prestes ficou dez anos preso e Olga Benário, que era judia, é deportada para a Alemanha Nazista. Assim, em menos de um ano, a busca pela revolução proletária foi logo sufocada.

Integralismo e Vargas: a dubiedade fascista

A política de Vargas era, em muitos momentos, autoritária e conservadora, flertando com os ideais fascistas que se popularizavam na Europa. Por conta dessa atuação, Plínio Salgado via no governante uma forma de se aproximar do poder e, quem sabe, promover sua organização a voos maiores.

Enquanto a ANL era combatida de maneira incisiva, a relação entre o presidente da República e a AIB parecia ser de cooperação. Isso pôde ser observado, inclusive, no mesmo 11 de julho de 1935, quando, ao mesmo tempo em que torna os aliancistas ilegais, o governo cede aos integralistas o Instituto Nacional de Música, para realização de um congresso.

Mesmo sem uma aproximação concreta entre as duas partes até então, a AIB já fazia parte das discussões governamentais. Em 1935, quando o grupo registrou-se como partido político, a adesão a essas ideias era tão grande que já emplacaram 1 deputado federal e 4 estaduais logo nesse primeiro momento. Já em 1937, Plínio Salgado se lança como candidato às eleições que aconteceriam no ano seguinte.

A relação entre os integralistas e Vargas chegou ao ápice quando, em 30 de setembro de 1937, é divulgada a apreensão do Plano Cohen, um projeto atribuído à Terceira Internacional Comunista, no qual a tomada de poder aconteceria através da violência armada. O plano foi divulgado nas emissoras de rádio, visando à repulsa e o medo ao comunismo. Esse pretexto fez com que, amparado na defesa

do Estado Nacional, Getúlio Vargas promulgasse a Nova Constituição, que concentrava o governo no Chefe Executivo, instaurando assim, em 10 de novembro, a ditadura do Estado Novo — o preâmbulo do documento apresentava que um dos motivos para essa Carta Magna era o “estado de apreensão criado no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente”.



O Plano Cohen, supostamente arquitetado pela Internacional Comunista (Komintern) estampa as mídias [Imagem: Reprodução/Memorial da Democracia]

Só que toda essa conjuntura do Cohen não passou de um documento arquitetado e falsificado por Olímpio Mourão Filho, capitão do Exército e chefe do serviço secreto da AIB, o que só seria descoberto ao fim da Era Vargas, já com o governo em crise. Para os integralistas, inclusive, esse momento autoritário do governo era simpatizado por eles, desde que estivessem na linha de frente do comando. Por conta disso, Plínio Salgado retirou sua candidatura e declarou apoio a Vargas.

Salgado e Vargas, todavia, já estavam anteriormente esquematizados em relação ao golpe do Estado Novo. Semanas antes do golpe, as duas lideranças encontraram-se e negociaram suas posições: enquanto a organização fascista daria apoio ao movimento, o presidente se comprometia a dar cargos de alta importância, como a pasta de Educação e de Saúde Pública.

Contudo, isso não aconteceu. Aos poucos, o ditador passou a articular o isolamento e a neutralização da AIB, iniciando com a não citação de seus apoiadores no primeiro discurso do novo governo. Entretanto, o pior para Salgado e companhia estava por vir: Vargas assinou, em 3 de dezembro, o Decreto-Lei nº 37, o qual dissolveu todo e qualquer partido político. Os integralistas ainda tentaram transformar a associação em um projeto cultural, chamado de Associação Brasileira de Cultura, mas o mesmo decreto impedia que sociedades civis usassem símbolos ou gestuais, características expressivas do Integralismo.

O professor Secco aponta que essa manobra de Vargas, embora tenha impedido um sonho de ascensão da organização, não tinha isso como objetivo principal: “Ele o fez [extinguir os partidos políticos] mais para se fortalecer ideologicamente do que por razões práticas: nem os comunistas e nem os integralistas tinham qualquer chance de tomar o poder pelas armas ou pelo voto.”

No entanto, os integralistas ainda tentariam uma atitude final para a chegada ao poder. Nos meses seguintes, Salgado tentou comunicar-se com Vargas, para restabelecer as relações e voltar a ter importância no cenário político, o que foi um fracasso, com o ditador ignorando-o. Com isso, isolados e sentindo-se traídos, os antigos integralistas começam a arquitetar uma tomada à força do poder governamental. Acumulando armas e artefatos para o ataque ao Palácio da Guanabara, havia uma programação de que acontecessem levantes nas principais cidades do país — além do Distrito Federal à época, esperavam-se manifestações também em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Pernambuco.

A ação acabou acontecendo em duas partes. Na primeira, dia 11 de março de 1938, somente a rádio Mayrink Veiga, no Rio, de onde o sinal para as revoltas seria transmitido, foi invadida, porém os policiais logo a cercaram e sufocaram o movimento, prendendo centenas de conspiradores. Exatos dois meses depois, os remanescentes dessa ação tornaram a realizar um levante, coordenados pelo médico Belmiro Valverde e pelo tenente Severo Fournier.

Na tentativa de golpe armado, os integralistas atacaram na madrugada o Palácio da Guanabara, residência oficial do presidente da República, além de cortarem luz e telefone da edificação. Durante cinco horas, uma intensa troca de tiros aconteceu, com Vargas coordenando a resistência juntamente com guardas e conhecidos que ali estavam, em menor número, até que as autoridades de defesa foram contatadas. Ao saberem da chegada do exército e da polícia, Fournier e os integralistas fugiram do local, porém logo foram reprimidos. A ditadura varguista tornou-se ainda mais incisiva, autoritária e centralizadora, até seu fim em 1945.



A chegada da polícia e dos médicos na manhã seguinte ao ataque ao Palácio do Guanabara [Imagem: Reprodução/Memorial da Democracia]

Apesar de diametralmente opostas no aspecto ideológico, tanto Aliança Nacional Libertadora quanto Ação Integralista Brasileira, que em momentos chegaram a se combater, tiveram em sua busca pelo poder o mesmo obstáculo: a atuação de Vargas mantendo suas diretrizes e seu governo da forma que fosse necessária.